

Consultoria para Justiça 4.0 vai avaliar fluxo processual

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) vai contratar consultoria para reforçar o Programa Justiça 4.0, que promove ações de uso colaborativo de novas tecnologias e inteligência artificial no Judiciário.

Divulgação



Divulgação

O objetivo da consultoria é dar respostas a gargalos e falta de uniformidade, prover soluções para questões sobre perícias médicas e contábeis e investigar diferenças de fluxos processuais quando comparados processos físicos com eletrônicos no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

A pessoa contratada vai trabalhar em uma pesquisa sobre alguns dos principais pontos do fluxo processual dos JEFs e do sistema recursal. Os resultados formarão a base para o desenvolvimento de ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) para a uniformização desse microssistema do Judiciário.

O estudo deve levar em conta o Diagnóstico dos Juizados Especiais, lançado pelo CNJ no último ano. Também será possível usar informações da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), da Justiça Gratuita — mantida pelo CJF — e dados de outros sistemas do CNJ.

Os interessados devem enviar proposta até o próximo dia 28/4, conforme o [edital](#). É obrigatório possuir pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas ou Ciências Sociais Aplicadas, além de experiência em coordenação de pesquisa, produção de dados em campo, emprego de técnicas qualitativas e atuação profissional ou acadêmica nas áreas de sistemas de Justiça. *Com informações da assessoria do CNJ.*

Meta Fields